



Estado de Rondônia
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE



LEI 2393 DE 28 DE SETEMBRO DE 2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidos por Lei, faço saber, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2018, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

Parágrafo único: Integram este projeto de lei, os seguintes anexos:

- I - Anexo de Prioridades e Metas;
- II - Anexo de Metas Fiscais;
- III - Anexo de Riscos Fiscais;

II - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637 de 18 de Outubro de 2012, da STN.

H

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituída pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, foi incluído nos moldes do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais da Portaria nº 553 de 22 de Setembro de 2014, da STN.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se de:

I – ANEXO DE RISCOS FISCAIS, integrado por:

a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

II - ANEXO DE METAS FISCAIS, integrado por:

a) Demonstrativo I - Metas Anuais;

b) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

c) Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

d) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

e) Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

f) Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

g) Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e

h) Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

III - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 6º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são as especificadas no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal desta Lei e estão em conformidade com Plano Plurianual de 2018 a 2021 e com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas no Anexo I – Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

HP

IV - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 8º - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 9º - O Projeto de Lei orçamentária será encaminhado ao Legislativo, conforme estabelecido no art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, e conforme estabelece a Lei Orgânica do Município e será composto de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexos do orçamento fiscal e de seguridade social, discriminando a receita e a despesa.

Art. 10 - Nos orçamentos fiscal e da seguridade social, será discriminada a despesa por unidades orçamentárias, detalhada pela estrutura programática, especificando as categorias econômicas, grupos de natureza de despesa e modalidades de aplicação.

Art. 11 - O projeto de lei orçamentária será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

- I - Receitas Correntes e Receitas de Capital;
- II - Despesas Correntes e Despesas de Capital.

V - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 12 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária do Município relativo ao exercício de 2018, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção de resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais, que

H

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

integra o presente projeto de lei, além dos parâmetros da receita corrente líquida, visando o equilíbrio orçamentário financeiro.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos cinco exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância do princípio da publicidade, o Poder Executivo disponibilizará na internet, na Prefeitura e no Portal de Transparência, os respectivos documentos para acesso de toda a sociedade:

I - o Plano Plurianual - PPA e suas Revisões;

II - a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - a Lei Orçamentária Anual.

Art. 14 - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária, serão orientadas no sentido de alcançar *superávit primário* necessário para garantir solidez financeira da administração pública municipal.

Art. 15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, na forma do art. 9º da LRF.

Art. 16 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

- I - abertura de créditos adicionais e a realização de operações de crédito por antecipação de receita, consoante a legislação;
- II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;
- III - abrir créditos adicionais suplementares e especiais até o limite de 20% (vinte por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;
- IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, através de Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

§ 1º - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedido de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da lei vigente.

§ 2º - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos

HP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

a Créditos Adicionais a que se refere o art. 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecido para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 17 – Além da observância das metas e prioridades definidas nesta Lei, a Lei Orçamentária de 2018 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº. 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

- I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II – estiverem preservados os recursos necessários a conservação do patrimônio público;
- II – estiverem perfeitamente definidas as fontes de recursos;
- IV – os recursos de contrapartidas oriundos de transferências de convênios ou de operações de crédito, tenham como objetivo concluir etapas de uma ação municipal.

Art. 18 – A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a até, 2,00% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2018.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº. 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº. 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, casos estes não se concretizem, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 20 – O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2018, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 21 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF) e, ainda, que atendam aos seguintes requisitos:

- I – às entidades que prestem atendimento direto ao público de forma gratuita;
- II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;
- III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública;

JP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

IV – outras exigências previstas em regulamento.

§ 1º - As entidades beneficiadas nos termos deste artigo prestarão contas ao Poder Executivo, dos recursos recebidos, ficando proibido novo repasse caso tenha prestação de contas pendentes.

§ 2º - As entidades beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

Art. 22 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 23 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 24 - A inclusão, na lei orçamentária, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes no art. 62 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 25 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 26 - A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163/2001.

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 29 – Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II – incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;





Estado de Rondônia

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE



III – transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outra esfera de governo;

IV – incluídas despesas a título de investimentos – Regime de Execução Especial – ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, §3º Constituição Federal.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da Lei Complementar Federal nº. 101/2000.

Parágrafo único – Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º “e” da Lei Complementar Federal 101/2000).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

Art. 32 - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será apresentada ao Poder Executivo até o dia 31 de agosto de 2017, para a consolidação do Orçamento Geral do Município.

Parágrafo Único - A proposta orçamentária do Poder Legislativo não poderá apresentar valores diferentes daqueles que lhe couber pelo limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Anual.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito pelo Executivo Municipal, a qual fica condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº. 101/2000 e atendidas as exigência estabelecidas na Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal.

§ 1º - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

§ 2º - A Lei Orçamentária poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto na legislação pertinente.

Art. 34 – A Lei Orçamentária garantirá recursos para o pagamento da despesa com dívida municipal e com o refinanciamento da dívida pública, nos termos dos contratos firmados, inclusive com a previdência social.

HP

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

Art. 35 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

Art. 37 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido o limite prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 38 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 39 - O Executivo Municipal adotará as medidas estabelecidas no §3º do art. 169 da Constituição Federal para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40 - As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar Federal nº. 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Federal nº. 9.717/1998 e na legislação municipal em vigor.

Art. 41 - As remunerações e os subsídios dos agentes públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Ouro Preto do Oeste e fundações serão revistos anualmente na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no mês de abril, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade a as pensões.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo observará as seguintes condições:

H

- I – previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;
- II – comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;
- III – compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho;
- IV – atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Até que outro índice seja estabelecido em Decreto, deverá ser utilizado como índice de revisão geral de remuneração o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do IBGE, e, no caso de extinção deste, outro que vier a substituí-lo.

§ 3º - Serão deduzidos da revisão de que trata este artigo percentuais concedidos no exercício anterior, decorrentes de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, bem como da implantação ou modificação dos Planos de Carreiras, Cargos e Salários.

§ 4º - A revisão de que trata esta Lei abrange os servidores públicos efetivos, temporários, cargos em comissão, empregados públicos do Poder Executivo e suas Fundações e do Poder Legislativo, bem como os agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 42 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 43 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 44 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

H

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 31 de Julho de 2017, conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e a devolverá até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 46 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 47 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 48 - O Executivo Municipal está autorizado:

I - a firmar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

II - contrair empréstimos destinados a investimentos e programas, com lei autorizatória específica do Legislativo.

Art. 49 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante às partes cuja alteração é proposta.

Art. 50 - Todos os fatos relativos à transferência de recursos financeiros para outra esfera de governo ou entidade privada conterão obrigatoriamente referência ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário no detalhamento existente na lei orçamentária.

Art. 51 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada a suficiência de disponibilidade de dotação orçamentária.

Art. 52 - É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

HP



Estado de Rondônia

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE



Art. 53 – Fica o Poder Executivo autorizado a alterar o Anexo de Metas e Prioridades, sempre que houver necessidade, com prévia autorização do Poder Legislativo.

Art. 54 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Preto do Oeste, Estado do Rondônia, aos 28 dias do mês de Setembro de 2017.

VAGNO GONÇALVES BARROS
Prefeito

PREFEITURA MUN. OURO PRETO DO OESTE - RO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Apoio Administrativo
2	Processamento de Dados
3	Assistência Médica/Hospitalar aos Servidores Municipais
4	Planejamento e Gestão da Política de Habitação
5	Administração de Receitas
6	Desenvolvimento do Ensino Fundamental
7	Desenvolvimento do Ensino Infantil
8	Desenvolvimento do Ensino Especial
9	Manutenção, Desenvolvimento e Incentivo a Cultura
10	Desenvolvimento ao Desporto
11	Bloco de Proteção Social Básica
12	Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade
13	Bloco de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
14	Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
15	Gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
16	Serviço de convivência e Fortalecimento de Vínculos
17	Serviço de Enfrentamento à Violência ao Abuso e à Exploração Sexual;
18	Programa de Apoio a Portadores de Deficiência
19	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
20	Bloco de Gestão do SUAS
21	Manutenção e Aperfeiçoamento dos Serviços Municipais
22	Melhoria da Infra Estrutura
23	Apoio a Extensão Rural
24	Promoção Industrial
25	Manutenção e Recuperação das Estradas Vicinais
26	Manutenção e Recuperação das Estradas Vicinais
27	Turismo
28	Meio Ambiente
29	Programa de Alimentação Escolar
30	Programa Mais Assistência
31	Programa Mais Saúde
32	Vigilância Sanitária
33	Programa Mais Vigilância
34	Vigilância Ambiental
35	Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos
36	Programa Mais Medicamentos
37	Melhoria e Desenvolvimento do turismo, cultura e esporte
38	Desenvolvimento da Cultura
39	Bloco de Gestão do SUAS
1074	Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade
9999	Reserva de Contingência

Handwritten signature

Page 1 of 3

PREFEITURA MUN. OURO PRETO DO OESTE - RO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2018)
2018

Programa	Descrição			
0001	Apoio Administrativo			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0004	Planejamento e Gestão da Política de Habitação			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0005	Administração de Receitas			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Serviços de consultoria e assessoria	SERV	SERVIÇOS	0	1
0006	Desenvolvimento do Ensino Fundamental			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0007	Desenvolvimento do Ensino Infantil			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio	MÊS	MÊS	0	12
0008	Desenvolvimento do Ensino Especial			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0009	Manutenção, desenvolvimento e incentivo da Cultura			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0010	Desenvolvimento do Desporto			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0011	Bloco Proteção Social Básica			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
1074	Bloco de Proteção Social Especial de Média Complexidade			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0013	Bloco Gestão do Sistema Único de Assistência Social			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12
0014	Bloco Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único			
Indicador	Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
Custeio Mensal	MÊS	MÊS	0	12

JP

ANEXO DE METAS FISCAIS
PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2018)
2018

Programa	Descrição		Unidade de Medida		Índice Recente	Índice Futuro
0015	Gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente		MÊS MÊS		0	12
Indicador	Custeio Mensal					
0029	Programa de Alimentação Escolar		MÊS MÊS		0	12
Indicador	Percentual de alunos atendidos		Unidade de Medida % PERCENTUAL		0	100
0030	Programa Mais Assistência					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0031	Programa Mais Saúde					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0033	Programa Mais Vigilância					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0035	Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0021	Manutenção e Aperfeiçoamento dos Serviços Municipais					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0022	Melhoria da Infra-Estrutura					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0023	Apoio a Extensão Rural					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0024	Saneamento Básico Urbano					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0026	Manutenção e Recuperação das Estradas Vicinais					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12
0027	Turismo					
Indicador	Custeio Mensal		MÊS MÊS		0	12

HP

Page 3 of 3

PREFEITURA MUN. OURO PRETO DO OESTE - RO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PRIORIDADES E INDICADORES POR PROGRAMAS (LDO INICIAL 2018)
2018

Programa	Descrição			Índice Recente	Índice Futuro
0034	Vigilância Ambiental			0	12
Indicador		Unidade de Medida			
Custeio Mensal		MÊS	MÊS		
0036	Programa Mais Medicamentos			0	12
Indicador		Unidade de Medida			
Custeio		MES	MES		
9999	Reserva de Contingência			0	0
Indicador		Unidade de Medida			
RESERVA		ANO			
1001	Manutenção do Sistema de Transporte Escolar			0	1
Indicador		Unidade de Medida			
Custeio		UM	ANO		
				48	0

JP



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

ANEXO DE METAS FISCAIS

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS

MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020				R\$ 1,00
	Valor		% PIB (a / PIB) x 100	Valor Constante	Valor		% PIB (b / PIB) x 100	Valor Constante	Valor		% PIB (c / PIB) x 100		
	Corrente (a)	Corrente (a)			Corrente (b)	Corrente (b)			Corrente (c)	Constante			
Receita Total	73.839.676,41	80.093.897,00	25,15%		76.424.065,08	97.058.562,65	26,03%		79.098.907,36	59.944.758,63	26,94%		
Receitas Primárias (I)	70.950.980,60	76.960.528,66	24,16%		73.434.264,92	60.792.489,52	25,01%		76.004.464,19	57.599.648,51	25,89%		
Despesa Total	73.839.676,41	68.073.823,55	25,15%		76.424.065,08	60.176.429,20	26,03%		79.098.907,36	59.944.758,64	26,94%		
Despesas Primárias (II)	65.587.085,31	60.465.645,16	22,34%		67.882.633,30	53.450.892,36	23,12%		70.258.525,46	53.245.114,14	23,93%		
Resultado Primário (III) = (I - II)	5.363.895,29	4.945.049,59	1,83%		5.551.631,63	4.371.363,48	1,89%		5.745.938,73	4.354.534,37	1,96%		
Resultado Nominal	-626.713,56	-577.775,94	-0,21%		11.595.409,15	9.130.243,43	3,95%		-1.144.214,73	-867.138,09	-0,39%		
Dívida Pública Consolidada	1.648.371,72	1.519.656,79	0,56%		500.819,58	394.346,13	0,17%		814.550,30	617.303,36	0,28%		
Dívida Consolidada Líquida	-9.005.449,73	-8.302.249,22	-3,07%		2.589.959,42	2.039.338,13	0,88%		1.445.744,70	1.095.651,25	0,49%		
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)													
Despesas Primárias geradas por PPP (V)													
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)													

Fonte: Prefeitura Municipal de Ouro Preto, do C

FONTE: Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

AMF/Tabela 2 - DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

OURO PRETO DO OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	67.198.209,12	22,89%	77.275.053,12	26,32%	10.076.844,00	15,00%
Receitas Primárias (I)	66.284.172,88	22,57%	70.999.864,38	24,18%	4.715.691,50	7,11%
Despesa Total	70.395.355,39	23,97%	65.630.910,22	22,35%	-4.764.445,17	-6,77%
Despesas Primárias (II)	69.087.008,22	23,53%	64.712.931,75	22,04%	-4.374.076,47	-6,33%
Resultado Primário (III) = (I-II)	-2.802.835,34	-0,95%	6.286.932,63	2,14%	9.089.767,97	-324,31%
Resultado Nominal	7.900.699,94	2,69%	-181.819,80	-0,06%	-8.082.519,74	-102,30%
Dívida Pública Consolidada	3.737.635,47	1,27%	4.593.499,06	1,56%	855.863,59	22,90%
Dívida Consolidada Líquida	-7.802.541,91	-2,66%	-8.271.927,26	-2,82%	-469.385,35	6,02%

FONTE: Balanço orçamentário do RREO, Demonstrativo do Resultado Primário (RREO), Resultado Nominal (RREO) - 6 bim



PREFEITURA MUN. DE OURO PRETO DO OESTE - RO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES												R\$ 1,00
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%		
Receita Total	66.098.925,25	67.198.209,12	1,66	71.342.682,52	6,17	73.839.676,41	3,50	76.424.065,08	3,50	79.098.907,36	3,50		
Receitas Primárias (I)	62.238.659,98	66.284.172,88	6,50	68.551.672,08	3,42	70.950.980,60	3,50	73.434.264,92	3,50	76.004.464,19	3,50		
Despesa Total	66.098.925,25	70.395.355,39	6,50	71.342.682,52	1,35	73.839.676,41	3,50	76.424.065,08	3,50	79.098.907,36	3,50		
Despesas Primárias (II)	64.870.430,25	69.087.008,22	6,50	63.369.164,55	(8,28)	65.587.085,31	3,50	67.882.633,30	3,50	70.258.525,46	3,50		
Resultado Primário (III) =	(2.631.770,27)	(2.802.835,34)	6,50	5.182.507,53	(284,90)	5.363.895,29	3,50	5.551.631,63	3,50	5.745.938,73	3,50		
Resultado Nominal	(3.946.836,00)	7.900.699,94	(300,18)	(2.011.904,69)	(125,46)	(626.713,56)	(68,85)	11.595.409,15	(1.950,19)	(1.144.214,73)	(109,87)		
Dívida Pública Consolidada	1.371.095,45	3.737.635,47	172,60	2.725.885,47	(27,07)	1.648.371,72	(39,53)	500.819,58	(69,62)	814.550,30	62,64		
Dívida Consolidada Líquida	598.229,07	(7.802.541,91)	(1.404,27)	(8.378.736,17)	7,38	(9.005.449,73)	7,48	2.589.959,42	(128,76)	1.445.744,70	(44,18)		

ESPECIFICAÇÃO		VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
		2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	
Receita Total		77.904.193,30	74.395.137,32	(4,50)	74.481.760,55	0,12	80.093.897,00	7,53	97.058.562,65	21,18	59.944.758,63	(38,24)	
Receitas Primárias (I)		73.354.484,65	73.383.207,80	0,04	64.367.767,21	(12,29)	76.960.528,66	19,56	60.792.489,52	(21,01)	57.599.648,51	(5,25)	
Despesa Total		77.904.193,30	77.934.697,95	0,04	74.481.760,55	(4,43)	68.073.823,55	(8,60)	60.176.429,20	(11,60)	59.944.758,64	(0,38)	
Despesas Primárias (II)		76.456.289,09	76.486.226,80	0,04	66.157.407,79	(13,50)	60.465.645,16	(8,60)	53.450.892,36	(11,60)	53.245.114,14	(0,38)	
Resultado Primário (III) =		-3.101.804,44	-3.103.019,00	0,04	5.410.537,86	(274,36)	4.945.049,59	(8,60)	4.371.363,48	(11,60)	4.354.534,37	(0,38)	
Resultado Nominal		-4.651.740,91	8.746.864,90	(288,03)	-2.100.428,50	(124,01)	-577.775,94	(72,49)	9.130.243,43	(1.680,24)	-867.138,09	(109,50)	
Dívida Pública Consolidada		1.615.973,10	4.137.936,23	156,06	2.845.824,43	(31,23)	1.519.656,79	(46,60)	394.346,13	(74,05)	617.303,36	56,54	
Dívida Consolidada Líquida		705.072,78	-8.638.194,15	(1.325,15)	-8.747.400,56	1,26	-8.302.249,22	66,00	2.039.338,13	(124,56)	1.095.651,25	(46,27)	

JP

ASPECTOS DA RECEITA		
Receitas Rendimentos	149.751,59	
Receitas Rendimentos Previdenciários	154.992,90	160.417,65
Receita de Alienações	3.529.040,56	3.652.556,98
Receita Total *		-
Utilizando-se do índice de estacionalidade dos últimos 5 anos, com base na receita efetivada até Junho / 2017		
ASPECTOS DA DESPESA		
Amortização da dívida	1.162.576,60	1.261.065,44
Juros da Dívida	29.691,03	32.206,34
Reserva de Contingência	819.079,86	888.469,03
Reserva Do RPPS	200.000,00	
Dívida Consolidada	5.762.169,30	
Dívida Consolidada Líquida	5.762.169,30	
Reserva de Contingência será utilizada para amortizar os impactos da Provisões Matemáticas previdenciárias a longo Prazo,, como efeito de expurgar esses resultados da Dívida Consolidada Líquida	4.599.592,70	2.124.797,29
	4.749.344,29	2.589.959,42
Dívida Consolidada apurada pelo Relatório RGF 1º Quadrimestre 2017 - Excluída o Passivo Atuarial	3.385.862,73	814.550,30
	3.690.607,22	1.445.744,70

ASPECTOS ECONOMICOS		
Inflação base IPCA	10,67350	
Variação do Índice	1,06460	3,90000
Índice do Valor constante	1,17860	1,03900
Valor PIB base 2012 * Est: #####		1,31953
Crescimento Economico do PIB * União		1,03500
		1,00000
http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/PIBRondonia/PRODUTO%20INTERNO%20BRUTO%202012-.pdf		

JP

AMF/Tabela 4 - DEMONSTRATIVO 4 – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MUNICÍPIO DE OURO PRETO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 1,00			
		2016	%	2015	%
Patrimônio/Capital		87.957.208,81		79.390.722,11	
Reservas					
Resultado Acumulado					
TOTAL		87.957.208,81	0,00%	79.390.722,11	0,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		2016	%	2015	%
Patrimônio		34.422.990,75		24.757.252,82	
Reservas					
Lucros ou Prejuízos Acumulados					
TOTAL		34.422.990,75	0,00%	24.757.252,82	0,00%

FONTE: Balanço Patrimonial

AMF/Tabela 5 - DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

MUNICÍPIO DE OURO PRETO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00			
<u>RECEITAS REALIZADAS</u>			
	2016	2015	2014
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>			
	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
<u>SALDO FINANCEIRO</u>			
	2016	2015	2014
VALOR (III)			
FONTE:	0,00	0,00	0,00

Nota :



AMF/Tabela 6 - DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO DE OURO PRETO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00			
RECEITAS	2014	2015	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.609.851,92	9.478.842,83	10.728.595,99
RECEITAS CORRENTES	7.609.851,92	9.478.842,83	10.728.595,99
Receita de Contribuições dos Segurados	2.063.600,02	2.162.148,81	2.487.861,52
Pessoal Civil	1.846.199,75	2.159.629,28	2.486.094,43
Ativo		2.159.629,28	
Inativo		2.519,23	
Pensionista			
Pessoal Militar			
Outras Receitas de Contribuições	1.846.199,75		1.767,09
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços	2.269.390,95	7.316.694,02	8.240.734,47
Outras Receitas Correntes	31.858,48		0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	31.858,48		0,00
RECEITAS DE CAPITAL			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00		
Receita Patrimonial			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL			
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	7.609.851,92	9.478.842,83	10.728.595,99
DESPESAS	2014	2015	2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	2.784.351,83	4.180.169,68	4.819.269,68
ADMINISTRAÇÃO	819.137,64	784.675,23	825.319,96
Despesas Correntes	815.137,64	745.730,23	778.256,65
Despesas de Capital	4.000,00	38.945,00	47.063,31
PREVIDÊNCIA	1.965.214,19	3.395.494,45	3.993.949,72
Pessoal Civil	1.965.214,19	3.395.494,45	2.522.970,67
Pessoal Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	2.784.351,83	4.180.169,68	4.819.269,68
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	4.825.500,09	5.298.673,15	5.909.326,31
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2014	2015	2016
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			
Outros Aportes para o RPPS			
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			
Outros Aportes para o RPPS			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
FONTE: Receitas e Despesas Previdenciárias			

JP

Tabela 6.1 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

MUNICÍPIO OURO DE PRETO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2018

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”)
Patrimônio

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício anterior) + (c)
				R\$ 54.041.964,22
2015	8.963.321,08	2.251.732,57	6.711.588,51	60.753.552,73
2016	9.449.441,01	2.403.695,43	7.045.745,58	67.799.298,31
2017	10.464.639,02	3.409.766,80	7.054.872,22	74.854.170,53
2018	9.470.341,35	6.875.894,32	2.594.447,03	77.448.617,56
2019	9.394.023,18	7.263.419,15	2.130.604,03	79.579.221,59
2020	9.100.335,59	8.328.288,65	772.046,94	80.351.268,53
2021	8.851.386,69	9.215.153,50	-363.766,81	79.987.501,72
2022	8.691.903,66	9.787.964,43	-1.096.060,77	78.891.440,95
2023	8.505.725,87	10.415.795,68	-1.910.069,81	76.981.371,14
2024	7.942.424,53	12.166.594,26	-4.224.169,73	72.757.201,41
2025	7.688.290,77	12.931.217,43	-5.242.926,66	67.514.274,75
2026	7.417.379,74	13.711.129,17	-6.293.749,43	61.220.525,32
2027	7.174.334,32	14.372.886,93	-7.198.552,61	54.021.972,71
2028	6.926.015,68	15.015.326,95	-8.089.311,27	45.932.661,44
2029	6.644.595,61	15.716.907,99	-9.072.312,38	36.860.349,06
2030	6.410.195,19	16.247.568,63	-9.837.373,44	27.022.975,62
2031	6.122.790,04	16.890.752,03	-10.767.961,99	16.255.013,63
2032	5.897.917,55	17.322.214,28	-11.424.296,73	4.830.716,90
2033	5.732.772,50	17.555.009,84	-11.822.237,34	-6.991.520,44
2034	5.534.428,68	17.843.838,33	-12.309.409,65	-19.300.930,09
2035	5.287.111,47	18.226.994,20	-12.939.882,73	-32.240.812,82
2036	5.109.443,13	18.389.560,27	-13.280.117,14	-45.520.929,96
2037	4.959.450,47	18.445.677,06	-13.486.226,59	-59.007.156,55
2038	4.777.483,34	18.549.819,54	-13.772.336,20	-72.779.492,75
2039	4.628.835,71	18.534.293,50	-13.905.457,79	-86.684.950,54
2040	4.494.029,25	18.450.342,32	-13.956.313,07	-100.641.263,61
2041	4.299.260,53	18.480.896,73	-14.181.636,20	-114.822.899,81
2042	4.170.050,61	18.316.410,30	-14.146.359,69	-128.969.259,50
2043	4.051.428,09	18.094.621,40	-14.043.193,31	-143.012.452,81
2044	2.344.806,72	17.861.247,77	-15.516.441,05	-158.528.893,86
2045	2.180.715,58	17.583.964,01	-15.403.248,43	-173.932.142,29
2046	2.025.124,03	17.256.399,38	-15.231.275,35	-189.163.417,64
2047	1.901.677,87	16.826.375,76	-14.924.697,89	-204.088.115,53
2048	1.817.000,67	16.282.797,16	-14.465.796,49	-218.553.912,02
2049	1.730.360,04	15.721.197,74	-13.990.837,70	-232.544.749,72
2050	1.641.331,56	15.144.685,64	-13.503.354,08	-246.048.103,80
2051	1.556.731,15	14.540.666,51	-12.983.935,36	-259.032.039,16
2052	1.481.321,80	13.902.418,69	-12.421.096,89	-271.453.136,05
2053	1.387.921,52	13.291.477,01	-11.903.555,49	-283.356.691,54
2054	1.292.979,54	12.675.284,46	-11.382.304,92	-294.738.996,46
2055	1.214.225,43	12.020.196,69	-10.805.971,26	-305.544.967,72
2056	1.140.914,32	11.352.699,55	-10.211.785,23	-315.756.752,95
2057	1.073.305,42	10.675.994,47	-9.602.689,05	-325.359.442,00
2058	1.005.554,44	10.015.554,68	-9.010.000,24	-334.369.442,24

JP

2059	934.230,26	9.351.652,81	-8.417.422,55	-342.786.864,79
2060	868.986,21	8.698.560,49	-7.829.574,28	-350.616.439,07
2061	804.094,76	8.059.006,58	-7.254.911,82	-357.871.350,89
2062	742.815,92	7.435.594,84	-6.692.778,92	-364.564.129,81
2063	682.408,78	6.830.918,76	-6.148.509,98	-370.712.639,79
2064	624.115,86	6.247.406,01	-5.623.290,15	-376.335.929,94
2065	568.171,91	5.687.406,47	-5.119.234,56	-381.455.164,50
2066	514.782,31	5.152.976,10	-4.638.193,79	-386.093.358,29
2067	464.116,34	4.645.809,24	-4.181.692,90	-390.275.051,19
2068	416.324,63	4.167.413,67	-3.751.089,04	-394.026.140,23
2069	371.525,25	3.718.971,50	-3.347.446,25	-397.373.586,48
2070	329.786,11	3.301.162,23	-2.971.376,12	-400.344.962,60
2071	291.133,65	2.914.250,73	-2.623.117,08	-402.968.079,68
2072	255.548,71	2.558.045,10	-2.302.496,39	-405.270.576,07
2073	222.980,49	2.232.036,98	-2.009.056,49	-407.279.632,56
2074	193.352,38	1.935.459,23	-1.742.106,85	-409.021.739,41
2075	166.557,29	1.667.240,15	-1.500.682,86	-410.522.422,27
2076	142.463,24	1.426.058,44	-1.283.595,20	-411.806.017,47
2077	120.921,25	1.210.422,90	-1.089.501,65	-412.895.519,12
2078	101.782,57	1.018.844,59	-917.062,02	-413.812.581,14
2079	84.905,79	849.907,81	-765.002,02	-414.577.583,16
2080	70.152,47	702.226,94	-632.074,47	-415.209.657,63
2081	57.373,78	574.312,08	-516.938,30	-415.726.595,93
2082	46.410,08	464.565,33	-418.155,25	-416.144.751,18
2083	37.102,27	371.394,05	-334.291,78	-416.479.042,96
2084	29.290,99	293.203,09	-263.912,10	-416.742.955,06
2085	22.810,28	228.331,14	-205.520,86	-416.948.475,92
2086	17.495,42	175.129,35	-157.633,93	-417.106.109,85
2087	13.191,19	132.043,97	-118.852,78	-417.224.962,63
2088	9.753,10	97.628,63	-87.875,53	-417.312.838,16
2089	7.051,80	70.588,58	-63.536,78	-417.376.374,94
2090	4.975,90	49.808,76	-44.832,86	-417.421.207,80
2091	3.420,92	34.243,47	-30.822,55	-417.452.030,35

Data da Avaliação Atuarial Junho/2017

Nota: Projeção atuarial elaborada em 14/07/2017 por Tiago Matheus da Costa Registro MIBA: 2178

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA						
2018						
AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)			RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			R\$ 1,00
TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEF.	2017	2018	2019	
I.P.T.U.	Isenção	Isenção de Impostos para idosos	167.950,00	173.490,00	178.694,00	
IPTU, ISSQN, Auto de		Multa, Juros e pgo antecipado	165.065,00	156.811,00	147.402,00	
Infração	Anistia					
TOTAL						
FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data de emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>						

[Assinatura]

AMF/Tabela 8 - DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

MUNICIPIO DE OURO PRETO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTOS	Valor Previsto para 2016	
Aumento Permanente da Receita		
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB		
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		
Redução Permanente de Despesa (II)		
Margem Bruta (III) = (I+II)		0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		0,00
Novas DOCC		
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		0,00

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2018

PASSIVOS CONTINGENTES			PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor		Descrição	Valor	
Demandas Judiciais	420.272,00		Abertura de créditos adicionais com a utilização da R. de Contingência.	420.272,00	
Dívidas em Processo de Reconhecimento	200.000,00			200.000,00	
Situação de emergência ou de estado de calamidade	882.961,58		Abertura de créditos adicionais com a utilização da R. de Contingência.	882.961,58	
SUBTOTAL	1.503.233,58		SUBTOTAL	1.503.233,58	
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS			PROVIDÊNCIAS		R\$ 1,00
Descrição	Valor		Descrição	Valor	
Frustração de Arrecadação	1.589.500,00		Contingenciamento de despesa e/ou limitação de empenho e movimentação	1.184.000,00	
Discrepância de Projeções de receitas	230.000,00		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas	665.500,00	
SUBTOTAL	1.849.500,00		SUBTOTAL	1.849.500,00	
TOTAL	3.352.733,58		TOTAL	3.352.733,58	

FONTE:



PREFEITURA DE OURO PRETO DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

28/09/2017 A **20/10/2017**

TERESA RODRIGUES GONÇALVES
Agente Administrativo – Cad. 108/2

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste – RO

Publicação nº2133

De: 28/09/2017 A 20/10/2017

Maria Teixeira de Oliveira Coelho
Dirt.Protoc.Arq.Geral e Publicação
Port.110/ GP/CMOPO-RO/2013